

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGA

Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil

ACTA Nº 17 – 18/02/2024

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu no Centro de Coordenação de Transportes de Braga, sito na Avenida General Norton de Matos, nº 10, a Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil da Assembleia Municipal de Braga, convocada nos termos do disposto no artigo 47º do Regimento da Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente, Joaquim Barbosa, com início pelas 21.00 h, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1- Aprovação das atas das reuniões anteriores;-----
- 2 - Análise ao combate ao trabalho da Proteção Civil aquando dos incêndios no concelho de Braga, bem como a cheias e outros fenómenos resultantes do clima, estando presente o Senhor Coordenador da Proteção Civil de Braga, arquiteto Vítor Azevedo;-----
- 3 - Análise à resposta do Município de Braga às recomendações emanadas da Conferência do Rio Este. Envio em anexo a resposta referida que deverá ser anexada á convocatória;
- 4 -Ponto de situação sobre a feitura do relatório da comissão criada na sequência da exposição/petição dos representantes da Rua Luís Soares Barbosa;-----
- 5 – Outros assuntos. -----

Estiveram presentes os membros:-----

Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, pelo PSD. -----

Maria do Pilar de Araújo Teixeira, pelo PSD. -----

João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, pelo PSD.-----

Natacha Sofia Miranda Fontes, pelo PSD -----

José Pedro Pires Machado pelo PS.-----

Catarina Ribeiro Lourenço Ribeiro, pelo PS.-----

Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, pelo PS.-----

Afonso Teles em substituição de Bruno Gonçalves Alexandre Rocha Gonçalves, pelo PS.-----

João Jorge Ferreira Batista, pela CDU.-----

Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, pelo PPM.-----

António Meireles de Magalhães Lima em substituição de Sandra Cristina Andrade de Carvalho, pelo BE-----

Tiago Jorge Monteiro Teixeira, pelo PAN.-----

João da Silva Oliveira, pelo Grupo Independente das Freguesias-----

Participaram também, mas na qualidade de observadores:-----

Bruno Miguel Machado, pela IL-----

Isabel Margarida Marques Pereira Lopes Moreira, pelo Aliança. -----

João Filipe Monteiro Marques, pelo PSD-----

Faltaram os membros:-----

Fernando Silva Alberto Oliveira da Costa e Silva, Presidente da UF Escudeiros e Penso, pelo PSD. -----

Daniel Fernandes Pinto, pelo CDS/PP-----

O Presidente desta Comissão, Joaquim Barbosa começou por cumprimentar todos os presentes e propôs que se iniciasse a reunião com o segundo ponto da Ordem de Pedro trabalhos - Análise ao combate ao trabalho da Proteção Civil aquando dos incêndios no concelho de Braga, bem como as cheias e outros fenómenos resultantes do clima - para que o Sr. Arquiteto Vítor Azevedo, Coordenador da Proteção Civil de Braga, ao qual agradeceu a sua presença, não tivesse que estar a assistir ao resto dos pontos.-----

O presidente deu então início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, concedendo a palavra ao Arquiteto Vítor Azevedo, Coordenador da Proteção Civil de Braga. Este iniciou uma apresentação em PowerPoint (anexa à ata), começando por fazer um balanço dos incêndios rurais de 2024. Mencionou a tempestade dos dias 8 e 9 de outubro e explicou que a Proteção Civil atua na prevenção e na resposta pós-incêndio, não durante os mesmos. Destacou as faixas de gestão de combustível ao redor das edificações, indicando que, das 200 notificações emitidas, cerca de 50% resultam em resposta positiva dos proprietários. Informou que, quando necessário, são feitas execuções coercivas, mas estas são o último recurso. Vítor Azevedo apresentou o número de processos (156), de notificações (200), de deslocações ao terreno e de processos arquivados. Em relação às notificações, referiu que a primeira notificação que fazem é para abordar, sensibilizar o proprietário do terreno. Ou seja, primeiro vão ao terreno ver se a faixa de gestão foi feita e, se não, é que notificam. Quando têm sucesso na abordagem que fazem, o processo é

arquivado. Se não o fizerem, têm que proceder a outra notificação e, normalmente, cerca de 50% responde a essa notificação.-----

Bruno Machado questionou se há comparação com o ano anterior e se existem incidências. Vítor Azevedo respondeu que o número de processos se mantém estável, em torno dos 200, e que as incidências são elevadas, pois as faixas de gestão de combustível precisam ser refeitas a cada poucos meses (2 ou 3). -----

Pedro Borges de Macedo perguntou se normalmente se limpa o terreno inteiro ou apenas a faixa de gestão, ao que Vítor Azevedo respondeu que a limpeza incide, na maioria dos casos, apenas sobre a faixa de gestão. Pedro Borges de Macedo também questionou se muitas das notificações não seriam dirigidas a cabeça de casal, dificultando a identificação dos responsáveis pelos terrenos. Vítor Azevedo confirmou que este é um dos principais desafios. Ainda em relação às faixas de gestão de combustível, acrescenta que estas devem ter 10 metros e que são da responsabilidade do município, pelo que são feitas pelos sapadores florestais. Este ano fizeram cerca de 76 hectares e são feitas por uma equipa de 5 elementos da proteção civil. -----

António Lima perguntou de quem é a responsabilidade da estrada que liga as Sete Fontes a Gualtar. Vítor Azevedo esclareceu que é do Município e que a manutenção é feita com base em critérios de priorização, sendo as vias de maior risco de incêndio as primeiras a ser intervencionadas. Sobre caminhos florestais, explicou que as melhorias são feitas através de contratos de serviços contínuos, enquanto os mais complexos são geridos diretamente pela Proteção Civil.-----

Relativamente à existência de pontos de água, informou que há três pontos ativos e que serão criados mais dois, um em Arentim e outro em Escudeiros. No que diz respeito à vigilância, em 2024 foram realizadas 2000 horas e percorridos 34.424 km. Explicou que as Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) podem atuar fora das suas freguesias, quando necessário. Bruno Machado perguntou se estas unidades são compostas por voluntários e qual o seu tempo de atuação. Vítor Azevedo respondeu que são voluntários e que a vigilância ocorre conforme a disponibilidade de cada equipa, exemplificando que em Pedralva há patrulhas diárias a partir das 14h00. Mencionou ainda que Esporões já tem uma ULPC e que haverá a agregação de freguesias como Pedralva, Sobreposta e Espinho, para otimizar recursos.-----

Entre 13 e 17 de setembro, registaram-se temperaturas superiores a 30°C, humidade abaixo dos 30% e ventos de leste, fatores que contribuíram para o elevado número de incêndios ocorridos. Nesse período, verificaram-se 18 ocorrências e 90% da área ardida. Explicou que, durante a noite, os ventos mudam para oeste, facilitando o combate às chamas. Esclareceu que no gráfico da apresentação não está registado o grande incêndio porque a maior parte da área é de Guimarães. O ideal seria existir uma unidade de proteção local em cada freguesia. Fez ainda um voto de congratulação à ULPC de Lomar e Arcos pelo excelente trabalho realizado. Acrescenta que a de Pedralva também é um bom exemplo, uma vez que 90% das ignições que aconteceram em Pedralva foram resolvidas por eles.-----

Vítor Azevedo informa, que, aquando em combate a um incêndio, pegam fogo à zona florestal à beira do caminho para o fogo ir ao encontro do incêndio e apagar. -----

Afonso Teles pergunta se a questão dos contrafogos tem que ser autorizada pelo comando e Vítor Azevedo responde afirmativamente. Acrescentou que, na gestão de faixas, a ideia é substituir eucaliptos por espécies autóctones como carvalhos. Pedro Borges de Macedo concordou com esta estratégia, argumentando que estas espécies são mais resistentes ao fogo. -----

Em relação ao perigo para desencadear incêndios, Joaquim Barbosa pergunta qual é o cenário mais perigoso, se não são nem os cigarros nem os vidros. Vítor Azevedo diz que são os incendiários, sem dúvida nenhuma.-----

Quanto ao planeamento para 2025, para além de todas as medidas apresentadas, Vítor Azevedo anunciou a contratação de um Engenheiro Florestal e a implementação de mosaicos na área de fogo (queima controlada por quadrados). Referiu que em Terras de Bouro há uma tendência para queimar terrenos para pasto, aumentando o risco de incêndios. Informou ainda que a Falperra será um projeto piloto de substituição gradual de eucaliptos por carvalhos e sobreiros. -----

Em relação à tempestade Kirk, ocorrida em 8 e 9 de outubro, informou que o vento estava a 109 km/h enquanto os Concelhos à volta de Braga, como Amares, por exemplo, o vento estava a penas a 30-40 km/h. Registaram-se 66 ocorrências, com muitas quedas de árvore. Pedro Borges de Macedo, acrescentou, que nesta época as árvores tinham muitas folhas, fazem muita resistência ao vento e, por isso, caem mais facilmente. -----

Bruno Machado pergunta se em aglomerados, como Sequeira, à beira de onde ocorreu o incêndio, existe essa faixa. Pergunta também se já estão a ser preparados os novos programas de gestão integrada de fogos rurais. Vítor Azevedo responde que não têm aglomerados identificados. É opção centrar no envolvimento das habitações. Assim, são 100 metros à volta do aglomerado e fica centrado o envolvimento das habitações (50 metros). Em Sequeira já fizeram uma faixa de gestão e fizeram a notificação aos proprietários. No entanto, referiu que a vegetação cresce muito rápido. Além disso, é uma zona com muita habitação, com caminhos sem saída, o que dificulta muito o trabalho. Estão a estudar como vão resolver o problema. Acrescentou que está a ser trabalhado o plano inter-regiões e que, quando esse plano estiver fechado, vão verter essa informação para o plano municipal.-----

João Baptista começa por agradecer ao Arq. Vítor Azevedo a sua apresentação e pergunta, em termos de prevenção para o futuro, em relação às inter-regionais, se as árvores que caíram vão ser substituídas por outras iguais ou por diferentes.-----

Vítor Azevedo responde que vão ser escolhidas outras espécies de árvores relativamente às intempéries. Informou também que, se houver previsão de chuva, no dia anterior, o pessoal da proteção civil limpa as sarjetas, fecham a rua da City Rio e retardam ao máximo o encerramento do Túnel do Mélia (para não criar constrangimentos). -----

Isabel Moreira pediu que o Arquiteto Vítor Azevedo apontasse as principais causas dos incêndios de 2024. Este respondeu que essa é uma competência da Polícia Judiciária, mas destacou reacendimentos e negligência em queimas como os principais fatores. Explicou que, em alguns casos, a plataforma de registo de queimas é bloqueada para evitar novas ocorrências. Informou que como os 10 metros à beira da estrada são da responsabilidade do município os proprietários não se podem opor. -----

Pedro Borges de Macedo, pergunta se não deveriam ser feitas ações de sensibilização para os proprietários tirarem os eucaliptos e substituírem por árvores autóctones. Vítor Azevedo esclareceu que estas ações já são feitas pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

João Oliveira agradece a intervenção da Proteção Civil aquando da tempestade. Diz que foram exemplares, de uma dedicação, prontidão e disponibilidade inextinguíveis. Acrescenta que em relação ao programa Rios, plantaram-se árvores na Falperra, mas a maior parte morreu e o cenário está igual ou pior. Assim, pergunta se este programa é

para continuar. Vítor Azevedo diz que Santa Marta das Cortiças tem sobreiros, mas que alguns foram afetados pelos incêndios, outros secaram e outros estão em risco de queda.

Tiago Teixeira perguntou o que está a ser feito em relação às inundações e se a Proteção Civil foi consultada sobre o Plano Diretor Municipal (PDM). Vítor Azevedo referiu que, no caso da Rotunda das Piscinas, a Proteção Civil apenas pode preparar-se para mitigar impactos, pois há limitações urbanísticas que não podem ser alteradas. Mencionou que, quando há previsão de chuva intensa, são feitas limpezas preventivas de sarjetas e outras medidas para reduzir o impacto das cheias. Só se podem preparar para o que vai acontecer porque há coisas que estão muito para lá de dar resposta, não conseguem fazer mais nada. Por exemplo, se for preciso alojar 50, 60 ou 80 pessoas e coloca-las num ginásio a dormir, conseguem fazê-lo porque há um planeamento feito. Em termos urbanísticos só podem tentar minimizar o impacto de toda a impermeabilização que foi feita. -----

Natacha Fontes perguntou se existe um plano para prevenir enxurradas. Vítor Azevedo esclareceu que as enxurradas de 2017 foram consequência dos incêndios e que a melhor solução é minimizar o impacto das escorrências através do uso de "mulching" (espalhamento de palha sobre o solo).-----

António Lima inquire se a Proteção Civil emite pareceres quando não definidas grandes áreas para urbanização.-----

O Presidente desta Comissão, Joaquim Barbosa agradeceu ao Sr. Arquiteto Vítor Azevedo a sua participação nesta reunião e a apresentação que nos fez. Este, por sua vez, agradeceu o convite e disse que se encontra sempre disponível. -----

Passou-se ao primeiro ponto da Ordem de trabalhos - Aprovação das atas das reuniões anteriores. Ficou decidido que as atas números 11 e 12 estão para aprovação por correio eletrónico até ao dia 25 de novembro após o que, se nada for decidido em contrário, se consideram aprovadas. Quem não se pronunciar é considerado abstenção. -----

Devido ao adiantado da hora, concordou-se que os pontos número 3, 4 e 5 serão tratados na próxima reunião desta Comissão que será realizada no dia 2 de dezembro. -----

De seguida foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida foi aprovada pelos eleitos presentes e que vai ser assinada pelo seu presidente e secretária.--

O Presidente,-----

(Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa)

A Secretária,-----

(Maria do Pilar de Araújo Teixeira)